

ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO RAMO INDUSTRIAL NO BRASIL

Maria Aparecida Calixto (PIC/Uem), Cleverson Alexsander Reolon (Orientador), e-mail: careolon@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR / Departamento de Geografia

Área: Geografia (70600007)

Subárea: Geografia Econômica (70601046)

Palavras-chave: mercado de trabalho, indústria, geografia do gênero.

Resumo:

O objetivo da pesquisa é analisar os aspectos geográficos da inserção da mulher no mercado de trabalho formal no Brasil. Foram utilizadas informações que dizem respeito do mercado de trabalho do setor industrial obtidas junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Os dados são referentes aos estabelecimentos e, principalmente, aos empregos formais, no ano de 2017. Por se tratar de uma análise que só faz sentido desde um ponto de vista comparativo, tal perspectiva demandou o levantamento de informações sobre ambos os sexos dos trabalhadores. Do ponto de vista da estrutura econômica, as atividades foram agrupadas segundo seus coeficientes tecnológicos e analisadas de acordo com os estados brasileiros. Os resultados confirmam a hipótese inicial, de que há diferenciações de gênero no mercado de trabalho formal no setor industrial, tanto nos setores e alto quanto de baixo coeficientes tecnológicos, com implicações desfavoráveis às mulheres.

Introdução

Mudanças sociais, demográficas e econômicas ocorridas sobretudo a partir dos anos de 1970 resultaram em crescente participação feminina no mercado de trabalho, inclusive no Brasil. A questão a ser observada é onde e sob que condições o mercado de trabalho tem absorvido a mão de obra feminina. Com base nessa problemática, o objetivo desta pesquisa consistiu em analisar os aspectos geográficos da inserção da mulher no mercado de trabalho formal no Brasil.

Considerando-se o importante papel desempenhado pela indústria quanto à absorção da mão de obra feminina, e conciliando-se isso ao fato de que a investigação da temática mediante análise dos dados da RAIS poderia contribuir com uma problematização mais ampla e aprofundada do tema, esses são os elementos sob os quais o desenvolvimento da pesquisa está pautado.

Materiais e métodos

Os dados da pesquisa são provenientes da RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Não obstante a RAIS abranja apenas o setor formal da

economia, ou seja, as empresas registradas e os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, apresenta informações por município e de acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), de um modo bastante desagregado. Do ponto de vista territorial, para este trabalho foram selecionadas as informações relativas aos empregos, conforme os municípios existentes no Brasil em 2017, posteriormente agregadas segundo os estados brasileiros. Do ponto de vista setorial, as informações foram coletadas ao nível de quatro dígitos, dizendo respeito às classes de atividades correspondentes à indústria de transformação, agrupadas segundo os coeficientes tecnológicos de cada atividade. Esse agrupamento foi realizado conforme a agregação das atividades econômicas ao nível de três dígitos proposta pelo Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT, 2014). Na Tabela 1 apresenta-se uma síntese do universo da pesquisa.

Tabela 1 – Brasil. Quantidade de estabelecimentos e de empregos formais segundo os grupos de atividades da indústria de transformação. 2017

GRUPOS DE ATIVIDADES		ESTABELEC.	EMPREGOS	
			HOMENS	MULHERES
Indústria de transformação	Alta tecnologia	4.125	127.131	100.276
	Média-alta tecnologia	46.325	1.029.304	290.347
	Média-baixa tecnologia	101.169	1.380.085	287.453
	Baixa tecnologia	179.182	2.192.488	1.345.798
TOTAL		330.801	4.729.008	2.023.874

Fonte: RAIS (2017); organizado pelos autores

Embora as informações dos grupos de atividade de média-alta e de média-baixa tecnologia tenham sido coletadas, as análises comparativas enfocaram os grupos de atividades de alto e de baixo coeficientes tecnológicos. Em relação ao gênero, além da quantidade de empregos, foram coletadas informações respectivas à faixa de escolaridade (resultando no indicador do tempo médio de escolaridade), da idade média, da remuneração média nominal, da remuneração média nominal no mês de dezembro e do tempo médio no emprego. Para este trabalho, são enfocados geograficamente três desses indicadores: quantidade de empregos, tempo médio de escolaridade e remuneração média nominal. Um breve adendo metodológico é necessário para abordagem da escolaridade, apresentada por faixas no âmbito da RAIS, retornando a quantidade de pessoas com um certo nível de escolaridade completo, sendo onze faixas de escolaridade que variam desde analfabeto até com doutorado. Sendo assim, identificou-se o tempo mínimo de estudo para conclusão de cada faixa quando determinado nível de escolaridade estivesse completo e, quando o nível de escolaridade indicasse incompleto, o tempo médio de escolaridade foi definido pelo ponto médio para a completude da faixa em questão.

Resultados e Discussão

Norteados a pesquisa, algumas hipóteses foram delineadas a respeito de cada uma das três variáveis analisadas neste trabalho, em termos individuais e considerando suas possíveis correlações. Sobre a quantidade de empregos, os dados correspondentes à População Economicamente Ativa (PEA) possibilitariam fornecer

um quadro comparativo mais amplo a respeito da temática abordada, uma vez que a razão entre as mulheres e os homens empregados em cada grupo industrial poderia ser comparada não à quantidade total de homens e de mulheres empregados, mas à quantidade de homens e de mulheres que de fato procuram por emprego, podendo-se constatar se esses grupos de atividades estão ou não ofertando vagas de na mesma proporção em que são demandadas. Infelizmente, a PEA não está disponível para o ano da pesquisa. Levando-se em consideração este aspecto, observa-se que, no quadro geral, as mulheres ocupam menos vagas no mercado de trabalho formal que os homens, numa razão de 78,61%, ou seja, isto equivale a dizer que para cada 8 mulheres, cerca de 10 homens estavam ocupados com carteira assinada. Para efeitos comparativos, segundo informações provenientes do Censo Demográfico de 2010, a razão entre quantidade populacional de mulheres e de homens era 96% (IBGE, 2014). Devido às características estruturais da economia brasileira, esperava-se que na indústria de transformação a proporção de mulheres em relação aos homens fosse ainda menor do que a observada no quadro geral de empregos, mas a diferença superou as expectativas, ao se observar que a quantidade de mulheres empregadas neste grande setor não equivale à metade da quantidade de homens empregados (42,8%), sendo os grupos de alto e de baixo coeficientes tecnológicos os que mais empregam mulheres, em proporções de 78,9% e de 61,4% sobre o total de homens, respectivamente, mas com variações importantes entre os estados brasileiros, com alguns superando a média, inclusive apresentado maior quantidade de mulheres do que homens, enquanto outros posicionam-se bastante aquém da média. Chama atenção o padrão geográfico apresentado pela indústria de baixa tecnologia, com a Região Norte destacando-se nitidamente como a que menos emprega mulheres proporcionalmente aos homens. Quanto ao tempo médio de escolaridade, esperava-se que, de um modo geral, as mulheres apresentassem um nível maior que o dos homens, pois, dentre a população, os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que, embora a quantidade de mulheres sem instrução e com ensino fundamental incompleto supere a quantidade de homens em tal situação, uma vez que se isolam as etapas do ensino fundamental até o ensino superior completo, as mulheres perfazem maior número que os homens em todos os níveis (IBGE, 2014). No que tange aos grupos de alto e de baixo coeficientes tecnológicos da indústria de transformação, e tomando-se os dados agregados para o Brasil, não se constata diferenças significativas entre o tempo médio de escolaridade das mulheres e dos homens nem entre tais grupos de atividades e nem internamente a cada grupo. No Brasil, a razão do tempo médio de escolaridade das mulheres era de 100,45% na indústria de alta tecnologia e de 105,18% na indústria de baixa tecnologia. Os estados de Tocantins e de Alagoas destacam-se frente aos demais em relação à escolaridade das mulheres, no primeiro caso em relação ao grupo de alta tecnologia e no segundo em relação ao grupo de baixa tecnologia. Por fim, uma vez que informações dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010 demonstraram que houve ligeiro aumento da razão entre o rendimento médio das mulheres ocupadas em relação ao rendimento dos homens ocupados, passando de 68,77% para 73,90% (IBGE, 2014), esperava-se que a remuneração das mulheres que trabalhavam na indústria de transformação com carteira assinada fosse menor do que o rendimento dos homens. De fato, tal hipótese foi confirmada, verificando-se que a remuneração média das mulheres

empregadas na indústria de alta tecnologia era equivalente a 81,35% da remuneração dos homens, ao passo que na indústria de baixa tecnologia tal proporção se ampliava para 89,16%. Assim como em relação às demais variáveis, neste caso também se constata diferenças estaduais, com padrão geográfico marcante no caso da indústria de baixa tecnologia, com destaque positivo para os estados das regiões Norte e Nordeste, onde a diferença entre a remuneração das mulheres e dos homens é menor que nas demais regiões. Quanto à vinculação entre a remuneração e a escolaridade, o teste do coeficiente de correlação de Spearman revelou haver correlação significativa em ambos os grupos industriais e de acordo com ambos os sexos, contudo, uma vez que, em termos agregados, o tempo médio de escolaridade e a renda se ampliam na indústria de baixa tecnologia, esperava-se encontrar correlação bastante intensa entre essas variáveis no âmbito deste grupo, mas, com as informações dispostas em nível municipal (portanto menos agregadas), os resultados dos testes estatísticos em questão demonstram não ser o caso. Ao contrário do que ocorre na indústria de alta tecnologia, a variabilidade da remuneração média resultante do tempo médio de escolaridade é bastante reduzida na indústria de baixa tecnologia, onde o tempo médio no emprego e a idade média possuem maior poder de explicação sobre a remuneração do que o tempo médio de escolaridade.

Conclusões

Os resultados das análises confirmaram várias hipóteses iniciais da pesquisa. Há discriminação de gênero no mercado de trabalho, notadamente em função do fato de que, embora apresentem maior nível de escolaridade, em geral as mulheres recebem menos que os homens. Do ponto de vista espacial, constata-se diferenças significativas entre os diversos estados brasileiros, eventualmente identificando-se padrões regionais bem definidos. Chama atenção o fato de que na indústria de baixa tecnologia o tempo médio de escolaridade apresenta pouca influência sobre remuneração média, não necessariamente contrariando a literatura, mas chamando atenção ao fato de que essa correlação precisa ser mais cautelosamente ponderada sob certos aspectos espaciais e setoriais.

Referências

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** – Bases Estatísticas: 2017. Disponível em: <<https://sgt.cag.ed.com.br/index.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- EUROSTAT. **Eurostat indicators of high-tech industry and knowledge - intensive services**. Jan. 2014. – (Annex 3 – High-tech aggregation by NACE Rev. 2). Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:High-tech_classification_of_manufacturing_industries>. Acesso em 10 set. 2018.
- IBGE. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: 2014.